**COLOCANDO A LUPA EM UMA POLÍTICA AGROALIMENTAR MUNICIPAL DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO DE CASO DE INOVAÇÃO SOCIAL**

Julie Rossato Fagundes; UFSC; julierfagundes@gmail.com

Silvio Antonio Ferraz Cario; UFSC; fecario@yahoo.com.br

Alexandre Marino Costa; UFSC; marinocad@gmail.com

Área Temática 6: Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas.

**RESUMO**

A necessidade de transição dos sistemas alimentares atuais tem evidenciado a urgência de recolocar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no centro da política alimentar dos Estados e governos impondo compromisso com a saúde e a mudança social, por meio de políticas públicas que possam dar repostas efetivas a essas demandas. Nesse cenário, a proposta da inovação social abre espaços para novas abordagens teóricas e práticas de governança, a exemplo do que vem sendo desenvolvido em Anchieta, na região Oeste de Santa Catarina. Município de intensa vocação agrícola e articulado para conservação de sua agrobiodiversidade, tem sido protagonista na construção de políticas efetivas de apoio à produção, abastecimento e consumo alimentar, com forte mobilização e participação social. Diante de tal contexto, este trabalho se caracteriza como um Estudo de Caso, e teve o objetivo de identificar elementos de inovação social na agenda alimentar desse município, com base no esquema teórico proposto por Neumeier (2012; 2017). Por meio de análise da trajetória empírica e da análise de conteúdo das entrevistas realizadas, é possível inferir que as ações desenvolvidas refletem elementos de aproximação com a perspectiva de inovação social, ao expor a prática social dos atores envolvidos e a valorização do bem-estar coletivo. A experiência Anchietense pode servir de referência a outros municípios, visto que a inovação social é desencadeada por um impulso inicial interno ou externo, mas a dinâmica de consolidação desse processo envolve, principalmente, o alinhamento de interesses dos atores participantes, se constituindo em um processo evolutivo de aprendizagem mútua e de governança.

**Palavras-chave:** Inovação Social; Política Agroalimentar;Governança;Anchieta-SC.

**1 INTRODUÇÃO**

A transição dos sistemas alimentares atuais é tarefa complexa e demanda um enfoque relacional, integrando Estado e sociedade civil sob uma perspectivaprocessual. Nesse campo, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem despontado como um complexo de negócios e de mercadoria, de instrumento de poder e de política, se sobrepondo à necessidade básica e de direito humano (acesso), evidenciando a urgência de sua inserção no centro da política alimentar do Estado e de governos, reconhecendo o compromisso com a saúde, a mudança social, e manutenção de todo o sistema global.

O foco de ação tem recaído cada vez mais sob o âmbito local, cobrando protagonismo dos governos e de toda a sociedade na construção de políticas públicas que possam dar repostas efetivas a essas demandas. Nesse contexto, a inovação social emerge como potencial de mudança sustentável e reação aos impactos ambientais, aos desafios econômicos e sociais (KIRWAN *et al.,* 2013). Utilizada em campos de estudos diversos, abre espaço para novas abordagens teóricas e novas práticas de governança, reconhecendo o papel dos atores e estabelecendo novos paradigmas. Sob essa análise, rompe com a perspectiva estruturalista e evolui baseada em ação coletiva e processual, como a própria transição dos sistemas alimentares.

O município de Anchieta, no Oeste de Santa Catarina, tem sido protagonista de práticas que valorizam a Segurança Alimentar e Nutricional da população, constituindo políticas efetivas de apoio à produção, abastecimento e consumo alimentar. Com o objetivo de identificar elementos de inovação social na agenda alimentar do município, realizamos análise dessas práticas, baseada no esquema proposto por Neumeier (2012; 2017) na abordagem da inovação social.

Este trabalho está organizado em três seções, além desta Introdução. Na primeira, resgatamos os principais conceitos de inovação social, considerando que ainda se trata de um campo de estudos em evolução. A segunda seção apresenta a trajetória agrícola de Anchieta, as políticas municipais de incentivo à produção agroalimentar e o relato da participação do município no Laboratório Urbano de Políticas Alimentares (Luppa). Por fim, realizamos aproximações com a inovação social e algumas considerações finais, no sentido de contribuir com a consolidação conceitual da inovação social.

**2 O POTENCIAL SOCIAL DA INOVAÇÃO**

Desde Schumpeter, o conceito de inovação evoluiu em diferentes tradições científicas, como estudos tecnológicos, psicologia social, desenvolvimento e gestão urbana; não tendo nas ciências sociais, um tradicional campo de estudos, sendo tratado como fenômeno evolutivo das sociedades humanas (CAJAIBA-SANTANA, 2014). Nesse curso, inicialmente a definição mais comum explora a ideia como fator-chave de sucesso e rentabilidade no contexto de criação de valor econômico (DAWSON; DANIEL, 2010). Porém, tem-se expandido para além da esfera econômica, alcançando o campo social, mostrando, distinta em termos de propósitos.

Cajaíba-Santana (2014), orienta que a primeira diferença entre inovações técnicas e sociais está no resultado pretendido: enquanto o conceito de inovação tecnológica é tido como impulsionador da criação de valor econômico [...] o de inovação social não pode ser construído baseado em mudanças práticas (tangíveis), “apesar de alguns resultados serem sobrepostos, como o aumento do bem-estar de um grupo social, os objetivos desses dois tipos de inovação são fundamentalmente diferentes” (p. 43).

Para Neumeier (2012), o modelo tradicional fechado entende a inovação tecnológica e econômica como resultado de uma pesquisa e desenvolvimento interno da organização, tendo como objetivo a introdução de um novo produto, serviço ou tecnologia no mercado, em uma perspectiva vertical. Enquanto, as inovações sociais não são teleológicas e não costumam ter ímpeto econômico. Seu fundamento não está apenas num m problema social a ser resolvido, mas na mudança social que ele oferece, sendo dependente da atuação coletiva e colaborativa, fundada no interesse alinhado de diferentes atores e no benefício social (MOULAERT *et al.*, 2005; POL; VILLE, 2009; DAWSON; DANIEL, 2010; NEUMEIER, 2012; CAJAIBA-SANTANA, 2014; NEUMEIER, 2017). Nessa linha, configura como uma prática social, a partir da mudança de atitudes, comportamentos e percepções que levam a melhorias.

 Assim sendo, Fairweather (1967) define inovação social como esforços para gerar soluções alternativas para os problemas sociais, sem que ocorram mudanças na ordem estabelecida. Em extensão, Lévesque (2001) entende que inovação social são novas soluções implementadas com a finalidade de resolver uma situação de precariedade social. Em contínuo, Dagnino e Gomes (2000) apontam que essas têm por objetivo aumento da efetividade dos processos, produtos e serviços relacionados a satisfação das necessidades sociais. E, para Cloutier (2003) trata-se de uma busca de solução para determinada situação social insatisfatória à determinados indivíduos e/ou comunidades.

Impera no conceito de inovação social a criação, o desenvolvimento, a adoção e a integração de novos conceitos e práticas em busca de solução de desafios sociais, culturais, econômicos e ambientais existentes, não tradicionalmente resolvidos. Nesse curso, está presente a intervenção de atores sociais para criarem condições de suprir necessidades estabelecidas, com isso, transformar padrões de comportamentos estabelecidos ou propor novas orientações que eliminam ou mitigam as necessidades sociais existentes (CRISES, 2013).

A inovação social, também, significa fazer novos arranjos sociais alternativos, para Castor (2007). Significa organizar de forma coletiva outra forma de produção, diferentemente da tradicional. Nessa linha, distinta da inovação focada no mercado, no lucro, na competitividade; a inovação social visa atender projetos com fins sociais. Nos novos arranjos firmados melhorar a qualidade e quantidade de vida. Figuram, em verdade, na implantação de novos conceitos e novas ações por grupos sociais dedicados em superar desafios sociais (HOCHGERNER, 2009).

A inovação social encontra suporte no fato das estruturas existentes e as políticas estabelecidas não terem se mostrado satisfatórias na eliminação dos problemas sociais atuais (MURRAY *et al*., 2010). As soluções dadas pelo mercado, bem como, as políticas governamentais têm se mostrado insuficientes para suprir os mais variados problemas da sociedade, dentre os quais as desigualdades sociais. Por seu turno, a sociedade civil não possui condições estruturais e recursos financeiros necessários para lidar com tais problemas. Logo, arranjos têm sido construídos envolvendo atores públicos e privados empreendidos em propósitos comuns. Nessa linha, Horta (2013) observa que surgem a partir de um processo colaborativo que visa gerar soluções às necessidades sociais de um grupo ou da sociedade em geral.

Como observam Tardif e Harrison **(2005),** desenvolver inovações que alcancem objetivo social requer a participação de vários atores e em vários níveis em projetos que busquem contemplar os interesses comuns. Para que sejam atingidos, obrigatoriamente, deve existir cooperação entre esses atores. Porque requer tal fundamento? Segundo Haxeltine *et al.* (2015) a busca do novo sob perspectiva social requer mudanças nas relações sociais, implicando em novas formas de se fazer as coisas, organizar, enquadrar e/ou saber. Requer a adoção e a integração de novos conceitos e práticas, sendo, portanto, facilitado quando há cooperação entre os participantes.

Inovações sociais são ideias manifestadas em ações sociais, que propõem novas alternativas e novas práticas para grupos sociais, estabelecendo novos paradigmas (CAJAIBA-SANTANA, 2014); exigindo negociações interativas para a reavaliação de resultados e adequação (DAWSON; DANIEL, 2010). Logo, a existência de atores com diferentes formações atuando em processos participativos e interativos é crucial para a inovação social (NEUMEIER, 2017).

Em complemento, Juliani *et al.* (2014) e Martins *et al.* (2022) analisam a evolução conceitual da temática sobretudo nos anos 2000, e concluem o maior interesse e ampla aceitação da dimensão social nesses anos, conforme Quadro 1. Evolui o conceito em favor da ação coletiva e o contexto estrutural, rompendo com perspectivas unicamente individualistas ou estruturalistas. Em pauta, o conceito traz citações importantes como: a) atender às necessidades da sociedade por meio de um processo aberto de participação, troca e colaboração (VOORBERG *et al.* 2015); b) gerar novas ideias que atendam às necessidades sociais e aumentem a capacidade de ação da sociedade (MURRAY *et al.*, 2010); e c) responder a um problema social cujo valor criado envolve a sociedade em geral e não apenas os indivíduos (PHILLS *et al.*, 2008).

**Quadro 1**. Evolução conceitual da Inovação Social

|  |  |
| --- | --- |
| **Referências** | **Conceitos** |
| Taylor (1970) | Melhores formas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais. |
| Mumford (2002) | Novas ideias sobre como as pessoas devem organizar atividades interpessoais ou interações sociais para atingir um ou mais objetivos comuns. |
| Cloutier (2003) | Nova resposta com efeito duradouro apontada para uma situação social considerada insatisfatória que busca o bem-estar de indivíduos e/ou comunidades. |
| Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) | Fator essencial para o desempenho das empresas, não só para o crescimento da produtividade, mas também para o aumento da eficiência e qualidade de suas operações, o que pode aumentar a demanda e a margem de lucro. |
| Moulaert; Nussbaumer (2005) | Inovação nas relações sociais entre indivíduos e grupos de pessoas em comunidades. |
| Moulaert *et al.* (2007) | Uma ferramenta para o desenvolvimento urbano focada em atender às necessidades humanas por meio da inovação nas relações com a vizinhança e na governança comunitária. |
| Mulgan *et al.* (2007) | Atividades e serviços inovadores motivados pelo objetivo de satisfação de necessidades sociais que são essencialmente desenvolvidos e divulgados através de organizações com fins sociais. |
| Phills *et al.* (2008) | Novas soluções para responder a um problema social que sejam mais eficazes, eficientes, sustentáveis ​​ou justas do que as soluções anteriores. O valor criado envolve a sociedade em geral e não os indivíduos. |
| Zahra *et al.* (2008) | É uma atividade e/ou processo que visa descobrir, definir e explorar oportunidades para criar, de forma inovadora, “riqueza social” por meio de organizações novas ou existentes. |
| Pol; Ville (2009) | Nova ideia cujo potencial se concentra na melhoria da qualidade de vida. |
| Murray *et al.* (2010) | Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que atendam às necessidades sociais e aumentem a capacidade de ação da sociedade. |
| Dawson; Daniel (2010) | O objetivo da inovação social é melhorar o bem-estar coletivo. |
| Bacq; Janssen (2011) | A inovação social é o resultado da ação de indivíduos visionários que conseguem encontrar soluções inovadoras para os problemas sociais de sua comunidade. |
| Neumeier (2012)Cajaíba-Santana (2014) | O que está por trás do caminho da inovação social não é um problema social a ser resolvido, mas a mudança social que ele traz. |
| Jiang; Thagard (2014) | Produtos criativos e mudanças que são inspirados por necessidades sociais e agregam valor à sociedade ao atender a essas necessidades. |
| Voorberg *et al.* (2015) | A criação de resultados duradouros que visam atender às necessidades da sociedade, moldando as relações, posições e regras entre as partes interessadas envolvidas por meio de um processo aberto de participação, troca e colaboração. |

Fonte: Traduzido e adaptado de Martins *et* al. (2022).

Tais abordagens são interativas e dependentes do caminho, inovando também na dinâmica das relações sociais e apontando para processos de mudanças multidimensionais (MOULAERT *et al.,* 2005), se traduzindo em novas formas de envolvimento cívico, participativo e democrático (NEUMEIER, 2012). Está presente a capacitação dos atores em promover mudanças que levam a alteração na estrutura de poder, dado que possibilita o empoderamento da sociedade, nas relações em que envolvem indivíduos, organizações e movimentos sociais.

Destaque ao considerar a inovação social, em três campos de envolvimento: 1º) o espaço que se abre para a criatividade humana, por meio da geração de novas ideias e soluções voltadas à transformação; 2º) a compreensão da existência da necessidade social em detrimento dos interesses individuais, requerendo, portanto, novos relacionamentos e colaboração entre os indivíduos; e 3º) o desenvolvimento da inovação social ao nível local, reconfigurando relações socioespaciais no território que ocorrem (HORTA, 2013).

Neumeier (2012; 2017) aponta três estágios de participação e governança, organizados em duas dimensões (processo [1, 2] e resultado [3]): [1] Problematização: desencadeado por um impulso inicial, um ator ou um pequeno grupo de atores que decidem mudar comportamentos e atitudes. Pode ser uma ideia ou a identificação de um problema pelos atores ou a partir de influência externa; [2] Manifestação de interesse: por meio do contato com os atores iniciais, outros se interessam em adotar tais mudanças de comportamento ou atitudes a partir da identificação de vantagens próprias; e [3] Delineamento e coordenação: em uma rede de atores – iniciais e recém-interessados - com interesses alinhados, negociam o novo comportamento e atitudes, visando processos de aprendizagem coevolutivos, cuja forma de ação se desenvolve e solidifica, mas mantem constante flexibilidade.

A inovação social deve gerar melhoria deve ser entendida de forma relativa, vista como melhoria pela maioria dos atores pode ser uma desvantagem para uma minoria, sendo difícil prever ou identificar quando uma ideia ou nova forma de ação pode realmente se tornar uma inovação social, daí a necessidade de considerar o contexto (NEUMEIER, 2012). Importante ser em geral aceita e conhecida como melhoria tangível, refletindo inovação social de sucesso; mas, se não for adotada e nem imitada e não obtiver aceitação geral, a implementação da inovação social falhará (NEUMEIER, 2013)

Neumeier (2017) ponta que três estágios para a inovação são condicionados por fatores-chave que impulsionam ou limitam a inovação social: (1) corroborando Rogers (1983), a difusão da inovação colabora para a percepção dos atores e sua consequente adoção, a partir do potencial de vantagem relativa, compatibilidade, complexidade, experimentabilidade e observabilidade com que ocorrem; (2) oportunidades ou constrangimentos que fogem à responsabilidade dos atores envolvidos no processo, como questões culturais, recursos financeiros, jurídicos, políticos, administrativos, entre outros; e (3) fatores inerentes ao comportamento dos atores e as interações estabelecidas - compromisso, habilidades, estrutura disponível, definição de metas, cooperação, entre outros. Apesar do estudo desse autor considerar os processos de desenvolvimento rural, sua metodologia pode ser aplicada a distintos contextos e situações, considerando as especificidades e a multiplicidade de elementos nos processos de inovação social.

**Figura 1**. Esquema do processo de inovação social



Fonte: Adaptado de Neumeier, 201; 2017.

Considerando o modelo proposto por Neumeier (2012; 2017) e as diferentes perspectivas e definições sistematizadas na revisão de literatura, concorda-se com a perspectiva de Martins *et al.* (2022) ao definirem o conceito de inovação social como “um processo de mudança, colaboração social e interação, visando organizar ideias e invenções para enfrentar problemas sociais e melhorar a qualidade de vida e o bem-estar coletivo, por meio de mecanismos de governança comunitária” (p. 13).

Juliani *et al.* (2014) sugerem pesquisas futuras em forma de relato de experiência para facilitar a identificação de como as ferramentas de inovação social são aplicadas a cada processo. Neumeier (2017) propõe estudos que analisam o contexto institucional, político e discursivo onde emergem redes de governança promotoras de inovação social. Martins *et al.* (2022), defendem estudos que focalizem a compreensão da influência do contexto, do mercado, da governança e do desempenho nos processos de inovação social.

**3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho se caracteriza de natureza qualitativa-descritiva do tipo Estudo de Caso, com o objetivo de identificar elementos de inovação social na agenda alimentar do município de Anchieta, no Estado de Santa Catarina, com base no esquema teórico delineado por Neumeier (2012; 2017), apresentado na seção anterior.

A coleta de dados tem base em pesquisa documental, a partir de revisão bibliográfica e dos dispositivos legais do município de Anchieta, além de entrevistas semiestruturadas com representantes da gestão municipal e do Instituto Comida do Amanhã/Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (Luppa). O Luppa é uma plataforma colaborativa criada para facilitar a construção de políticas alimentares municipais integradas, participativas e com abordagem sistêmica, idealizada pelo Instituto Comida do Amanhã e desenvolvido junto a diversas organizações parceiras. O município de Anchieta foi participante da primeira edição do Luppa, realizada de novembro de 2021 a janeiro de 2022.

Por meio de análise da trajetória empírica descrita e da análise de conteúdo das entrevistas, buscou-se uma aproximação com a dinâmica da inovação social proposta por Neumeier (2012; 2017), que pode ser observada sobre duas dimensões: de processo (mobilização e participação dos atores) e de resultado (por exemplo, novos meios de ação colaborativa ou novas estruturas de governança), conforme Figura 2.

**4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

**4.1 Trajetória agrícola de Anchieta**

A colonização do Oeste catarinense se inscreve em um movimento amplo de expansão econômica colonial no sul do Brasil, desde o final da década de 1920. Após a expulsão dos primeiros habitantes (indígenas e caboclos) pelo fluxo de migração de diferentes grupos étnicos de origem europeia (BAVARESCO, 2005), a região foi (re) povoada por descendentes desses imigrantes, provenientes do estado do Rio Grande do Sul, com influências profundas na região e no desenvolvimento regional (POLI, 2006).

A ocupação do território foi realizada por fazendeiros gaúchos, que buscavam se desviar da cobrança de impostos durante o transporte de animais para São Paulo instalando-se na região. Com a propriedade de latifúndios, ocorrem vários ciclos econômicos, o da pecuária, da erva-mate e da madeira (BAVARESCO, 2005).

Mais tarde, o cultivo de culturas como milho, feijão e trigo foram acrescidas às atividades iniciais de extração de madeira e erva mate, mesmo sem favorecer os agricultores, que não viam condições favoráveis de acúmulo de capital ou incentivo do Estado para a manutenção da produção. Esse modelo de produção de base familiar teve forte impacto no final da década de 1970, com a modernização da agricultura e início da agroindustrialização, aumentando a exclusão desses agricultores em uma conjuntura de crise entre os anos 1980 e 1990 (MIOR, 2003), tendo na criação de agroindústrias familiares associativas uma resposta política à crise, em uma estratégia de resistência que incluíam desde as mobilizações de massa de protesto e reivindicação, até a produção alternativa, com destaque para a produção associada e o desenvolvimento de novas tecnologias (FAGUNDES, 2015).

O município de Anchieta, colonizado entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, se insere nesse contexto, também marcada por uma trajetória de conflitos de interesses de imigrantes e caboclos. Emancipada em 1963, a população do município teve seu auge nos anos de 1980, com aproximadamente 11 mil habitantes e 75% residindo no campo. A população atual é de 6.380 habitantes, com aproximadamente 59% de residentes em área rural, tendo base econômica na agricultura, principalmente no cultivo de milho, além da criação de suínos e de gado leiteiro (IBGE, 2010).

O milho foi o primeiro cereal cultivado no município, ainda no período da colonização imigrante, integrando mais tarde o processo de mobilização dos agricultores para o reconhecimento e resgate das sementes crioulas no final dos anos de 1990, incentivados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf) em oposição ao uso de adubos químicos, de agrotóxicos e de sementes comerciais, responsáveis pela redução da autonomia alimentar e dependência das famílias de agricultores de setores dominantes do agronegócio (LOCATELLI, 2019).

**Figura 2**. Mapa do Estado de Santa Catarina.



Fonte: Adaptado de Epagri/Cedap, 2023.

A articulação para conservação da agrobiodiversidade regional tem sido impulsionada desde 1996 por organizações sociais junto aos agricultores familiares, como o Sintraf, com apoio da Prefeitura Municipal e de outras organizações não-governamentais para a promoção do resgate, uso e conservação de variedades locais de diversas espécies (VOGT *et al.*, 2007; VIDAL, 2016). Apesar das dificuldades técnicas, econômicas e políticas, o processo de resgate das sementes no município teve repercussão nacional, com impulso de outras ações que já aconteciam no sul do país, a exemplo do Programa Estadual de resgate de sementes crioulas, iniciado em Lages com ampliação para outros municípios catarinenses ainda no início da década de 1990, intensificado pela ampliação do debate da Agroecologia, até a realização do 1º Seminário Estadual de Agroecologia, em 1999, no município de Rio do Sul.

De forma gradual, junto ao fortalecimento da atuação do Sintraf e da Agroecologia, converteu em programas municipais de apoio à agricultura familiar agroecológica para capacitação dos agricultores, como o Programa de Produção Própria de Sementes, lançado em 1997, resultado de convênio entre o Sindicato e a Prefeitura Municipal. Para Campos *et al.* (2018), o milho crioulo assumiu protagonismo devido à importância de sua variabilidade genética para o desenvolvimento da agricultura sustentável, e no caso de Anchieta, pelo histórico e engajamento na agricultura alternativa e utilização de sementes crioulas pelos agricultores.

Além do milho, houve incentivo para resgate de sementes de hortaliças, leguminosas e outros cereais, além de porcos crioulos (LOCATELLI, 2019). A autora ainda destaca o trabalho de mobilização das comunidades rurais do município para realização das Festas das Sementes Crioulas, que reúnem culinária típica artesanal e atrações culturais, em uma iniciativa de diversas entidades e da administração municipal.

A consolidação do trabalho é refletida no interesse de pesquisas acadêmicas recentes para evidenciar aspectos históricos, genéticos, nutricionais e gastronômicos das espécies (VOGT *et al.*, 2007; VIDAL, 2016; CAMPOS *et al.*, 2018; LOCATELLI, 2019; CAPELESSO *et al.* 2022), “além de gerar publicações populares, congregando atores sociais [...] de diversas regiões do Brasil e de outros países” (LOCATELLI, 2019, p. 99).

No ano de 2000, Anchieta foi eleita Capital Catarinense do Milho Crioulo (Lei nº 11.455/2000) e mais recentemente, reconhecida como a Capital Nacional de Produção de Sementes Crioulas (Lei nº 13.562/2017) pelo trabalho de resgate que vem sendo realizado, ampliando também a valorização gastronômica. No mês de janeiro de 2023, o município promoveu o 1° Festival Gastronômico dos Milhos Crioulos de Anchieta.

“O reconhecimento nacional associado ao resgate dos usos e finalidades desencadeou tratativas de criação de uma Indicação Geográfica, a qual pode representar uma possibilidade de valorização via criação de normas e selos que mobilizem suas qualidades específicas na construção de mercados” (CAPELESSO *et al*., 2022, p. 215).

Ainda que a expansão da produção de milho crioulo seja a de sua valorização, Capelesso *et al.* (2022) ressaltam alguns limites: a) baixa expressão comercial; b) ausência de protocolos de manutenção da qualidade sensorial; e c) escala reduzida. Fatores que influenciam na construção de mercados; se convertendo, assim, em produção para o autoconsumo e comercialização. Nessa linha, a Cooperativa da Agricultura Familiar Camponesa e de Economia Solidária de Anchieta (Cooper Anchieta), torna-se espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar local.

**4.2 Políticas municipais de incentivo à produção agroalimentar**

O Relatório “Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro” (LONDRES, *et al.*, 2021), identificou Anchieta como sendo o município de maior incidência de iniciativas de apoio à agricultura familiar, à agroecologia e à promoção da segurança alimentar e nutricional no país. Trata-se do documento mais atualizado de compilação de práticas agroecológicas no território nacional, mapeadas e sistematizadas pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) durante as campanhas para as eleições municipais no Brasil, em 2020.

O documento identificou Santa Catarina como o segundo Estado com maior número de iniciativas agroecológicas em nível nacional. O município de Anchieta foi apontado como o mais significativo em volume de ações articuladas entre entes públicos municipais e sociedade civil organizada, totalizando dezesseis iniciativas diferentes. Florianópolis, capital do Estado, teve destaque no documento, com sete iniciativas. Não cabe aqui elencar cada uma delas[[1]](#footnote-1), mas algumas são mencionadas nos parágrafos a seguir.

Desde 2017, o município estabeleceu a Política Municipal de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura (Lei Nº 2.350/2017), instituindo programas de incentivo à produção agropecuária e cuidado com as águas, como o Programa de Incentivo Direto, que visa subsidiar agricultores locais com recursos financeiros, acrescendo 30% no valor do subsídio a agricultores que comprovarem Certificação Orgânica de suas atividades ou de toda a propriedade, o Programa Infraestrutura Produtiva (Proinfra), que beneficia com recursos financeiros o agricultor anchietense que desenvolve atividades agropecuárias, o Programa Água Boa para Todos, com o objetivo de incentivar a proteção de fontes de água visando garantir o acesso a água potável para consumo humano, o Programa de Mecanização Agrícola (Promaq), para cessão pública de máquinas agrícolas e equipamentos agrícolas para melhoria dos processos produtivos nas propriedades rurais.

Também estão previstos na normativa o Programa de Capacitação Técnica para Agricultores e Agricultoras “Aprendendo Mais”, de fomento à linhas de produção novas ou existentes na agricultura municipal, e o incentivo à instalação de infraestruturas produtivas, que dispõe, de forma gratuita, equipamentos públicos para construção de aviários de corte, pocilgas (chiqueiros) e galpão de confinamento de gado de corte.

**4.2.1 Lei Municipal nº 2.457 de 2019**

Entre as iniciativas específicas voltadas à Agroecologia, a Lei municipal nº 2.457 de 2019 prevê incentivo aos sistemas de produção agroecológica e orgânica e a conservação, uso, promoção e distribuição das sementes crioulas pelos agricultores familiares e camponeses do município de Anchieta. A trajetória até a publicação da Lei teve início em 2012, com discussão sobre certificação orgânica por um grupo de agricultores, com apoio da Rede Ecovida de Agroecologia (FRIZON, 2020).

A partir da certificação das propriedades, esses agricultores buscaram apoio da administração municipal para assegurar a produção e comercialização dos alimentos certificados, como hortaliças, frutas, cereais, leite e sementes crioulas. Em 2017, os alimentos produzidos passaram a ser utilizados na merenda escolar do município, e a discussão sobre uma lei municipal foi retomada entre a prefeitura municipal e o fórum de entidades do município, composto por entidades de apoio à agricultura familiar, culminando na publicação dois anos depois (FRIZON, 2020).

Atualmente, o fórum é responsável pelo monitoramento e avaliação das aplicações da Lei, que também contribui na consolidação da Cooperanchieta, cooperativa local responsável pela promoção da produção orgânica e segurança dos alimentos certificados, em espaço de feira permanente no município.

[...] Na cooperativa há uma atividade denominada “espaço de troca”, em que os agricultores de sementes produzem, se cercam de todos os cuidados necessários para a preservação dessas sementes e fazem trocas. Pessoas de outros municípios podem participar nas trocas ou adquirir/comprar sementes (FRIZON, 2020, p. 2).

O incentivo e a promoção dos sistemas de produção agroecológica, orgânica e em transição e a conservação das sementes crioulas também estão entre as ações propostas na normativa de 2019: diagnóstico local com agricultores mantenedores de sementes crioulas (guardiões de sementes)[[2]](#footnote-2), parceria com instituições de pesquisa para aperfeiçoamento de técnicas de cultivo, beneficiamento e armazenamento, criação de banco comunitário e distribuição de kits para agricultores familiares e camponeses.

 A publicação da normativa também permitiu a aquisição de equipamentos para uso na produção de hortaliças nas escolas, nos canteiros urbanos da cidade e nas propriedades rurais, a realização de eventos para promoção da produção orgânica e agroecológica, como as feiras das sementes crioulas e a festa das sementes crioulas, além de atividades educativas nas escolas, cursos sobre alimentação orgânica e saudável, visitas nas propriedades orgânicas e convencional para comparativo dos sistemas produtivo, essas últimas interrompidas durante a pandemia de Covid-19 (FRIZON, 2020).

**Figura 3**. Imagens do 1° Festival Gastronômico dos Milhos Crioulos



Fonte: Divulgação/Prefeitura de Anchieta, 2023.

Ainda na questão cultural, um dos incisos da referida Lei prevê o desenvolvimento de material didático e publicitário sobre a importância da agroecologia, da produção orgânica e da conservação das sementes crioulas, além da organização de acervo público na biblioteca municipal acerca das pesquisas envolvendo as sementes crioulas na região.

O último artigo trata da aquisição de alimentos orgânicos para alimentação escolar, prevendo um percentual de no mínimo 20% no primeiro ano de implementação, 30% no segundo e 45% a partir do terceiro ano. Segundo a administração municipal, em 2020 o percentual de aquisições para a merenda escolar já se aproximou da meta de 45%, e além da alimentação orgânica, todas as escolas municipais contam com hortas, utilizadas para educação pedagógica.

**4.3 Participação no Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares**

O Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (Luppa) foi idealizado pelo Instituto Comida do Amanhã, uma organização sem fins lucrativos, de abordagem interdisciplinar e intersetorial para apoio à transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, inclusivos e empoderadores, biodiversos e culturalmente integrados. Criado para ser uma plataforma colaborativa de facilitação da construção de políticas alimentares municipais integradas, participativas e com abordagem sistêmica, com o objetivo de apoiar cidades de até um 1,5 milhão de habitantes (pequenas e médias) no desenvolvimento de políticas alimentares intersetoriais.

O Luppa é correalizado com o ICLEI América do Sul, uma associação mundial de governos locais e subnacionais dedicada ao desenvolvimento sustentável, além de ser apoiado por diversos parceiros, como o Instituto Clima e Sociedade, o Instituto Ibirapitanga, o Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais (GEPPAAS/UFMG), a Humane Society International e o Programa Alimentação Consciente Brasil, com metodologia da Reos Partners (COMIDA DO AMANHÃ, 2022). O Laboratório é organizado em jornada metodológica, para ter a compreensão dos sistemas alimentares municipais e mapeamento desses sistemas para a transformação; e jornada temática, para discussão dos temas de interesse dos municípios, identificados nas entrevistas (COMIDA DO AMANHÃ, 2022).

 Durante as atividades do Luppa, os participantes têm acesso a oficinas e debates com especialistas nas temáticas de abastecimento e segurança alimentar, alimentação escolar, políticas alimentares, comida e resiliência climática, acesso à alimentação saudável e territórios urbanos vulneráveis, colocando o papel do poder público municipal como central no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis. Essa compreensão evidencia a complexidade de elementos que compõem a noção de segurança alimentar. Cada temática abrange um universo de características e situações, que, dependendo do local em que ocorrem, se diversificam ainda mais, por envolver aspectos sociais, econômicos e ambientais. Nesse sentido, a segurança alimentar implica em conhecer e reconhecer o contexto em que está sendo aplicada e a quem vai atender, visto que ela aglutina diversas expectativas e contradições.

O primeiro Laboratório foi realizado de novembro de 2021 a janeiro de 2022, durante a pandemia de Covid-19, por isso, de forma virtual. A participação aconteceu via edital de seleção, do qual poderiam participar cidades brasileiras de até 1,5 milhão de habitantes, comprometidas com o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas aos sistemas alimentares, e 40% das vagas foram destinadas às cidades da Amazônia Legal. Vinte municípios, de treze estados e quatro regiões brasileiras, abrangendo uma população de quase 10 milhões de habitantes participaram. Em Santa Catarina, Florianópolis e Anchieta foram selecionados. Houve facilitação de municípios que já possuem políticas alimentares desenvolvidas há mais tempo, atuando como mentores na partilha de experiências práticas. No primeiro Laboratório, foram parceiras na mentoria: Belo Horizonte (MG), Recife (PE) e Curitiba (PR)[[3]](#footnote-3).

Além das administrações municipais, via representantes das Secretarias, a sociedade civil também participa do processo por meio dos conselhos municipais instalados, normalmente via Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ou outro a fim da temática alimentar. A diversidade de áreas participante do Laboratório é essencial, e cada município define o canal de acesso ao projeto (via assistência social, agricultura, meio ambiente, saúde ou outras pastas), conforme o contexto de atuação (COMIDA DO AMANHÃ, 2022).

Anchieta teve participação mais efetiva das secretarias de planejamento e assistência social, além de representante da sociedade civil. O foco do trabalho foi a revisão e reestruturação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), que estava inativo desde a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019; e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pelo governo federal, esse substituído pelo Programa Alimenta Brasil (PAB).

“Foi através desse trabalho do Luppa que a gente começou a olhar para nós e buscar fazer esse diagnóstico de coisas que nós tínhamos [...] a gente viu que fazia muita coisa, só que acabava que não tinha uma ligação com as outras secretarias, então para nós isso foi muito proveitoso [...] e muito importante também” (Representante da administração municipal, 2023).

A extinção do CONSEA e o consequente enfraquecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) - sistema articulado entre os três níveis de governo para a gestão intersetorial de políticas públicas de SAN, aliado às demandas sanitárias da pandemia de Covid-19, limitaram as ações de SAN nos municípios, apesar de a insegurança alimentar ter avançado durante a crise (REDE PENSSAN, 2021; 2022), limitando também os processos de governança dessas políticas. Em 2021, além de dar início à elaboração do Plano de Segurança Alimentar do município e ao processo de revisão das práticas já desenvolvidas.

A reestruturação do CONSEA, órgão responsável por elaborar diretrizes para implantação do plano e da política local de SAN, em sintonia com as diretrizes traçadas pelos conselhos estadual e nacional, e com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é fundamental para o avanço e consolidação das políticas alimentares que vêm sendo propostas em Anchieta. O Conselho municipal atuante e articulado com o poder público também tem um importante papel na orientação e implantação de programas sociais ligados à alimentação, ao estabelecer diretrizes e prioridades, articulando a participação da sociedade civil (BRASIL, 2011).

“Acredito que a gente teve uma evolução muito grande, bem significativa, sabíamos que existem pessoas com vulnerabilidade e insegurança [alimentar], mas através do diagnóstico que foi realizado com 10% da população [...] constatou-se que 7% da população está com insegurança leve. Então, a gente percebeu também que com a vinda da pandemia isso agravou, mas a gente não tinha dados, a gente não tinha números para trabalhar. Então, com base nisso agora, a gente também criou mais alguns temas específicos. O Conselho antes não estava lotado, ele não estava dentro da parte orçamentária, então agora a gente colocou ele dentro da assistência, dentro da Secretaria de Assistência, então hoje ele faz parte [...] indiferente do governo, a partir de agora ele vai continuar dentro, fazendo parte, então é uma coisa que a gente avançou” (Representante da administração municipal, 2023).

Em Anchieta, a proposta do Luppa era o olhar do município para as políticas alimentares existentes e ao sistema alimentar de forma integrada, para então estabelecer uma cultura de governança e avançar na formalização de processos e de ações que já estão em execução, além da atenção a novas demandas, a partir de uma visão sistêmica.

“A gente começou a ouvir isso de todas as cidades que participam [...] é muito avançado nisso aqui, mas não consegue chegar naquele lugar. E a forma como a gente tenta se organizar é para que uma cidade consiga trocar experiência com a outra. Então, a gente acredita que não existem capacitações padronizadas, mas a troca de experiência, essa jornada de aprendizagem de cada cidade [...] é você criar uma estrutura de governança [...] às vezes não há nem política construída, mas as ideias dos governos se legitimam a partir das demandas da sociedade, sejam monitoradas pela sociedade, avancem com um planejamento que possa realmente colocar todos os setores relacionados à alimentação de uma determinada administração para conversar entre si” (Representante do Instituto Comida do Amanhã/Luppa, 2023).

Neumeier (2017) destaca duas dimensões da inovação social, a primeira, de processo (mobilização de atores, processos de participação) e a segunda de resultado (novos e aprimorados meios de ação colaborativa e novas estruturas de governança). Os contextos institucionais, políticos e discursivos em que essas ações ocorrem também exercem influência no processo de inovação. No Luppa, a governança é uma das premissas do trabalho desenvolvido para articulação do poder público municipal e da sociedade civil, visando a mitigação de conflitos e uma maior aproximação entre **os entes**.

“O que a gente quer mostrar ao longo de todas as nossas dinâmicas [...] é como existe essa intersetorialidade, como cada segmento, como cada setor daquilo que a gente poderia chamar de sistema alimentar urbano se conecta e apoia para que um bom planejamento possa ser duradouro, eficaz [...] talvez a espinha dorsal do Luppa é muito mais a governança, é isso que a gente gosta muito de trabalhar com as cidades [...] essa construção de uma visão sistêmica dentro de cada gestão” (Representante do Instituto Comida do Amanhã/Luppa, 2023).

Apesar de contribuir com o processo de governança, a metodologia do Luppa prioriza a autonomia dos participantes. Em Anchieta, a proposta despertou um olhar para as políticas alimentares e para o sistema alimentar de forma integrada.

“Nosso objetivo [...] é formação de rede, as cidades estão com a gente, é para a gente continuar junto e estar sempre em apoio mútuo, nesse sentido não tem esse tipo de controle, mas a gente tem vários indicadores [...] a gente monitora as cidades [...] para a gente poder ver, quem sabe, daqui a dois, três, quatro, cinco anos como é que está sendo a evolução desses municípios’ (Representante do Instituto Comida do Amanhã/Luppa, 2023).

Nesse sentido, Anchieta demonstra certo amadurecimento desde os anos 1990, com a articulação para a conservação de sua agrobiodiversidade, obtendo destaque em diversas frentes para um sistema alimentar mais sustentável e inclusivo, com importante mobilização do poder público municipal. É possível observar nessa trajetória as dimensões propostas por Neumeier (2017), onde a ação colaborativa e a governança têm se aprimorado e está em processo de consolidação.

A transição para um sistema alimentar mais sustentável abrange múltiplas dimensões, perpassa questões históricas, ambientais, culturais, simbólicas, econômicas e políticas, além de questões éticas e geracionais (BEZERRA; DE PAULA, 2021), sendo, portanto, uma confluição de fatores e de questões complexas a serem superadas. Anchieta tem feito o dever de casa, nessa transição, considerando essas múltiplas dimensões.

“[...] A política para o sistema alimentar urbano é realmente algo muito territorializado [...] a gente faz em correalização com o ICLEI, porque o ICLEI é uma rede de cidades, de prefeituras alinhadas com a pauta da sustentabilidade, que já têm uma porta de entrada para o tema, tem a experiência de trabalhar com muitas prefeituras no Brasil e no mundo, e dá também essa possibilidade de uma escala no futuro, do projeto poder ganhar uma escala internacional” (Representante do Instituto Comida do Amanhã/Luppa, 2023).

De acordo com a representante da administração municipal entrevistada, foi criado um cargo específico de Técnico em Agroecologia, com profissional já concursado, a ser contratado no primeiro trimestre de 2023, que ficará responsável pela organização técnica das hortas comunitárias, trabalhando a produção de alimentos com os agricultores, nas comunidades e na zona urbana, envolvendo também o público infantil. Foi ampliada a distribuição de kits de sementes e está sendo elaborado um calendário agroecológico, em sequência ao trabalho de conservação das sementes crioulas.

Muitas dessas ações foram demandas discutidas junto à sociedade civil, durante a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que teve os desafios e possibilidades da Segurança Alimentar como temática central. O evento, realizado em junho de 2022 por meio do COMSEA, contou com suporte do Luppa, em uma construção coletiva da sociedade para uma nova política municipal de Segurança Alimentar, envolvendo a produção e o acesso da população a alimentos de qualidade.

“Vem aquela chuva, aquela tempestade de opiniões, inclusive de pessoas assistidas estavam na conferência, que a gente precisa ouvi-los também, né, é uma parte da sociedade que a gente precisa olhar com cuidado, com carinho especial, então, eles estiveram presentes também, foi um momento, assim, muito significativo, muito importante para a administração [...] essa questão mais voltada para a preocupação com as pessoas, do bem-estar das pessoas” (Representante da administração municipal, 2023).

O benefício de Anchieta no estabelecimento de uma estrutura de governança integrada e interativa é a mudança de percepções e de atitudes, manifestadas em novas práticas sociais que geram benefícios à sociedade, promovendo sustentabilidade às pessoas e ao meio ambiente, retroalimentando mecanismo de inovação social.

“A gente começou a ver que tem muita coisa, mas que ainda faltava muita coisa, então com o Plano a gente vai desenvolver mais coisas [...] ele não está finalizado, temos muito a evoluir, muito a amadurecer, mas a gente teve a oportunidade de ver experiências de outros lugares e isso nos abriu possibilidades, nos abriu os olhos para outras formas de talvez implementar isso aqui no município” (Representante da administração municipal, 2023).

A participação no Laboratório foi um impulso para avançar na agenda alimentar do município e em novas práticas de governança:

“Sabe assim, quando você está ali, paradinho, quietinho, e precisa que alguém te impulsione? [...] o Luppa foi um divisor de águas no sentido de [...] incentivo, uma motivação a mais [...] e uma das coisas que dá para se dizer que nos amarrou mais para o compromisso ou para a vontade de fazer dar certo, foi quando veio para nós [...] agora vocês precisam fazer um plano, vocês precisam colocar aqui as metas” (Representante da administração municipal, 2023).

Tendo que a principal vantagem do processo de inovação social não é necessariamente a resolução de um problema, mas a mudança social que ele possibilita, com ganhos a todos os participantes (Neumeier, 2012), a tomada de percepção de Anchieta a partir da participação no Luppa foi fator crucial para essa transição. Permitiu a mobilização do poder público e a chamada de toda a sociedade para a ação, se convertendo em um processo real de mudança, de aprendizado e de governança.

Aí a gente começou a olhar as coisas que estavam dando errado ou as dificuldades que tínhamos, as coisas que estavam dando certo, juntamos as secretarias que não estavam envolvidas, envolvemos a (representante do COMSEA), envolvemos a educação, envolvemos a secretaria da agricultura, envolvemos o prefeito [...] aí surgiu tanta ideia, e a gente começou a colocar no papel [...] fomos para a Conferência com uma expectativa pequena de público, porque era tudo uma coisa nova, e o público foi muito bom [...] as ideias vieram casando mais ou menos com o que a gente tinha pensado, mas a gente queria a participação da sociedade [...] foi a motivação que nós precisávamos” (Representante da administração municipal, 2023).

“Às vezes o grande projeto pode ser marcar uma reunião com todo mundo junto, tirar do papel aquela conferência que estava para acontecer e não acontecia, [...] então tem muito resultado e impacto que às vezes tem mensuração um pouco menos clara, mais qualitativa e menos quantitativa” (Representante do Instituto Comida do Amanhã/Luppa, 2023).

É importante considerar que a perspectiva de inovação social envolve fatores que são inerentes ao comportamento dos atores e às interações estabelecidas, dinâmicas que podem incluir divergências, gerar tensões ou conflitos, que também se tornam parte do processo (NEUMEIER, 2017). No caso de Anchieta, essa realidade parece ter contribuído para a consolidação das propostas.

“Ficou de forma igualitária a questão da sociedade civil, mas a gente acabou envolvendo o conselho da assistência, o conselho da saúde e da educação, porque essas secretarias e a agricultura são as quatro secretarias fundamentais para essa questão da agroecologia, da segurança alimentar [...] a gente queria focar muito na questão da segurança alimentar, porque é uma das coisas que a gente tem dificuldade” (Representante da administração municipal, 2023).

Os conselhos municipais têm atuação essencial nos processos de participação e de controle social, atendendo demandas da sociedade e contribuindo para a formulação e elaboração de políticas públicas. São parte importante dos processos locais de governança. Sendo espaços heterogêneos de participação, articulados por representativos da sociedade e do poder público, preveem divergências, tensões e conflitos.

“A gente teve divergência de opinião, mas não um conflito [...] pelo contrário, a gente sempre tem esse diálogo, tem essa conversa, não só com a entidade cooperativa, mas a gente tem o sindicato, tem o movimento de mulheres, enfim, tem várias entidades que a gente acaba dialogando. [...] foi muito positivo, e tem coisas que às vezes a gente mesmo estando aqui [...] fica preso no burocrático [...] e eles já tem uma visão, às vezes, do todo, e isso acaba se cruzando e tem dado certo” (Representante da administração municipal, 2023).

Para a continuidade das ações, está prevista a conclusão da elaboração do Plano de Segurança Alimentar do município com a proposta de novas leis de incentivo à produção, tendo as hortas comunitárias como uma das prioridades, além da manutenção dos programas já desenvolvidos. O Plano de Segurança Alimentar municipal, construído de forma coletiva, visa garantir a execução de ações de segurança alimentar e nutricional, por isso se torna uma ferramenta fundamental para a efetividade das políticas públicas.

A participação no Luppa também conferiu ao município a instituição do selo “Anchieta Saudável”, que promove a melhoria do cardápio da rede escolar, a redução do consumo de carne e manutenção da normativa que a aquisição de produtos industrializados para as escolas da rede municipal. Em 2022 também foi aprovado o “IPTU Verde” que deve ser colocado em prática neste ano de 2023. Essas e outras ações transversais existentes, como as de captação de água da chuva nas cisternas, compostagem de lixo orgânico e avaliação nutricional em crianças e idosos reforçam a dinâmica da segurança alimentar no município.

 “Anchieta (é um caso) emblemático do que a gente gostaria que as cidades avançassem para que elas possam [...] consolidar programas ou criar programas que de fato vão entregar resultados, que têm mais chances de serem longevos, de serem aquilo que todos os participantes do Luppa falam, que as políticas sejam de Estado e não de governo” (Representante do Instituto Comida do Amanhã/Luppa, 2023).

A proposta do Luppa é se transformar em um programa permanente, com ciclos anuais, criando uma plataforma de fomento às ações dos municípios, com participantes egressos e futuros, aprimorando a mensuração dos resultados e a própria metodologia. Essa construção, no entanto, dependerá da viabilidade de recursos financeiros, visto que o Instituto não possui fomento público. A segunda edição do Laboratório está confirmada em 2023, e vai reunir dez municípios participantes e outros seis mentores. Nesta edição não haverá municípios da região Sul, mas Anchieta estará participando de uma mentoria em grupo, proposta pós-Laboratório que é conduzida pelas cidades mentoras na perspectiva de intensificar a colaboração bilateral.

**4.4 Aproximações com a Inovação Social**

Ainda que seja difícil estipular uma ordem temporal, já que muitas ações ocorreram simultaneamente no município, a Figura 4é um esforço de identificar iniciativas-chave do processo, que contribuem para a aproximação com o modelo de inovação social proposto por Neumeier (2012; 2017).

Para Anchieta a participação no Luppa serviu como impulso para a percepção do que vinha sendo desenvolvido no município e para a construção de um processo coletivo de aprendizado e de novas práticas de governança. Importa observar que essa construção já vem sendo elaborada muito antes da formalização no Laboratório, durante o reconhecimento dos atores da importância do resgate da agrobiodiversidade local.

A trajetória agroalimentar do município de Anchieta reflete elementos de aproximação com a perspectiva de inovação social delineada por Neumeier (2012; 2017). Tanto o processo de resgate das sementes e conservação da diversidade iniciado ainda nos anos de 1990 quanto as ações atuais de segurança alimentar e nutricional evidenciam estágios de participação e governança propostos pelo autor, em maior ou menor grau, conforme o contexto em que ocorrem.

No primeiro, a problematização proposta pelo Sintraf e outras Instituições ganha foco, alterando o comportamento dos agricultores. Conforme foi avançando, outros atores passaram a integrar o processo, identificado vantagens e contribuindo para a consolidação dessa proposta entre toda a população, cada um com seu papel, fomentando a produção, a comercialização e o consumo, contribuindo para a formação da rede de atores, em uma aprendizagem coletiva e evolutiva, apesar dos avanços e retrocessos do percurso.

**Figura 4**. Trajetória de Anchieta em aproximação com o modelo de inovação social proposto por Neumeier (2012, 2017).



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Neumeier (2012; 2017).

No segundo, é possível identificar alguns fatores-chave que impulsionam ou limitam a inovação social, onde a difusão da inovação entre os atores colabora para sua adoção, ao congregar as discussões entre sociedade civil e administração municipal, culminando na elaboração de novos planos e normativas de SAN, sem desconsiderar a sobreposição de oportunidades e limites ao processo, principalmente, os fatores inerentes ao comportamento dos atores e as interações estabelecidas.

**5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve o objetivo de identificar elementos de inovação social na agenda alimentar do município de Anchieta, por meio da análise de suas práticas e baseado no esquema proposto por Neumeier (2012; 2017) para a abordagem da inovação social.

Para além de estar inserida em um território de vocação agrícola, Anchieta fez uma escolha pela produção agroalimentar su**s**tentável e pela conservação de sua diversidade, congregando governo e sociedade civil, em um processo de continuidade, iniciado com a decisão de resgatar sua agrobiodiversidade.

A participação no Luppa contribuiu para importantes diretrizes de SAN no município e para a construção da governança dessa política alimentar já existente, envolvendo a sociedade civil e refletindo ações de valorização do bem-estar coletivo e de prática social da maioria dos atores envolvidos.

A experiência anchietense revela aproximação com a abordagem proposta por Neumeier (2012, 2017), e pode servir de referência a outros municípios da região, ou mesmo do país, visto que a inovação social é desencadeada por um impulso inicial interno ou externo, mas a dinâmica de consolidação desse processo envolve, principalmente, o alinhamento de interesses dos atores participantes, se constituindo em um processo evolutivo de aprendizagem mútua e de governança.

A recente retomada nacional em 2023 de ações que fortalecem a segurança alimentar e nutricional em todo o território, como a recriação do CONSEA, espaço de mobilização e de defesa das questões relacionadas à segurança alimentar, deverá incentivar e mobilizar Conselhos estaduais e municipais a avançarem nessa perspectiva.

Ademais, esse estudo colabora na resposta às propostas de Juliani *et al.* (2014) e Martins *et al.* (2022), ao relatar a experiência de Anchieta e sua aproximação com a inovação social. Tendo essa enquanto processo relacional e contextual, orienta-se que estudos futuros possam investigar a continuidade das ações aqui descritas, e que estão em processo de construção no município, apontando mudanças sociais multidimensionais efetivas, que possam contribuir na consolidação conceitual da inovação social.

**REFERÊNCIAS**

AGROECOLOGIA EM REDE. **Dados do município de Anchieta-SC**. Disponível em https://agroecologiaemrede.org.br/municipio/anchieta-sc/ Acesso em 13 fev. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Como criar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2011. Disponível em http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/conferencias-municipais-como-fazer Acesso em 11 março 2023.

BAVARESCO, P. R. **Ciclos econômicos regionais***:* modernização e empobrecimento do Extremo Oeste catarinense. Chapecó, Argos, 219 p., 2005.

BEVILAQUA, G. A. P. *et alii*. Agricultores Guardiões de Sementes e Ampliação da Agrobiodiversidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 1, p. 99-118, 2014.

BEZERRA, I.; PAULA, N. F. Sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis: diálogos e convergências possíveis. **Revista Faz Ciência**, *[S. l.]*, v. 23, n. 37, p. 12–33, 2021

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: moving the field forward. A conceptualframework. **Technological Forecasting & Social Change**, v.82, p. 42-51, 2014.

CAMPOS, A. V. de.; CASSOL, K. P.; WIZNIEWSKY, C. R. F. A sustentabilidade nos territórios do milho crioulo: olhares para Anchieta-SC e Ibarama-RS. **Revista Grifos**, v. 27, n. 44, p. 144- 172, 2018.

CAPELLESSO, A. J. *et al*. A identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Anchieta (SC). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, *42*(1), 205–223, 2022.

CASTOR, B. V. J. Inovação social e desenvolvimento. In. FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza (orgs.). **Inovações sociais.** Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. (COLEÇÃO INOVA; V. 2).

CLOUTIER, J. Qu’est-ce que l’innovation sociale? Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. ***Document de travail de l’interaxe***, Montreal, 2003

CRISES. CENTRE DE RECHERCHE SUR LES INNOVATIONS SOCIALES. Document de travail de l´interaxe: ***Qu´est-ce que l`innovation sociale?*** Montreal, 2014.

DAGNINO, R.; GOMES, E. Sistema de inovação social para prefeituras. In: Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia para Inovação, 2000, São Paulo. **Anai**s. São Paulo, 2000.

DAWSON, P.; DANIEL, L. Understanding social innovation: a provisional Framework. **Int. J. Technology Management**, v.51, n.1, 2010.

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA (DOM), Edição n° 2419, de 29 de dezembro de 2017, Florianópolis-SC, **Lei nº 2.350/2017**. Disponível em https://edicao.dom.sc.gov.br/arquivosbd/edicoes/2017/12/1514562755\_edicao\_2419\_ass.pdf Acesso em 13 fev. 2023.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca (Epagri/Cedap). **Mapa de ações de Extensão.** Disponível em https://cedap.epagri.sc.gov.br/index.php/extensao/ Acesso em 09 fev. 2023.

FAGUNDES, J. R. **Rede de Cooperação dos Empreendimentos Econômico-Solidários**: Estratégias de Desenvolvimento e Sustentabilidade Regional. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2015.

FAIRWEATHER, G. W. **Methods for experimental social innovation**. New York: Wiley, 1967.

FRIZON, E. Sementes crioulas e produção de orgânicos em Anchieta. **Agroecologia em Rede**, 2020, 5 p. Disponível em https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/lei-no-2457-19-dispoe-sobre-os-incentivos-aos-sistemas-de-producao-agroecologica-e-organica/ Acesso em 13 fev. 2023.

HAXELTINE, A., KEMP, R., DUMITRU, A., AVELINO, F., PEL, B., WITTMAYER, J. HOCHGERNER, J.; Soziale Innovationen finden, erfinden und realisieren. Powerpoint presentation during the XV. Congress for applied sociology‚ Sozialwissenschaftliche Theorien und Methoden im Beruf’, Forum 8: **Soziale Innovationen – Potenziale der Sozialwissenschaften bei der Neukonfiguration sozialer Arrangements**. University Hamburg, 5-6. 2009.

HORTA, D. M. O. **As especificidades do processo de difusão de uma inovação**: da propagação inicial à ressignificação. Tese (Doutorado em Administração), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

LONGHURST, N. TRANSIT WP3 deliverable D3.2- "***A first prototype of TSI theory***”. Brussels, 2015.

ICLEI, Governos Locais pela Sustentabilidade. **Quem somos**. Disponível em https://americadosul.iclei.org/quem-somos/ Acesso em 24 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro,** 2010, https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/anchieta/panorama Acesso em 10 fev. 2023.

INSTITUTO COMIDA DO AMANHÃ, Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares, **Cadernos Luppa - Aprendizados do 1º Lab**, https://luppa.comidadoamanha.org/ Acesso em 24 nov. 2022.

JULIANI *et. al*., Inovação social: perspectivas e desafios. **Revista Espacios**, v. 35 (5) Año 2014, 2014.

KIRWAN J. *et al*., Grassroots social innovations and food localisation: an investigation of the local food programme in England. **Global Environmental Change**. 23 (5):830–837, 2013.

LÉVESQUE, B. Les entreprises d’économie sociale, plus porteuses d’innovations sociales que les autres? In: **Colloque du CQRS au Congres de l’ACFAS**, 2001, Montreal, Cahiers du CRISES, v. 0205, 2001.

LOCATELLI, A. R. Resgate das sementes crioulas em Anchieta – SC (1996-2002): processo histórico e ecos. **Revista Santa Catarina de História,** v. 13, n.1, p. 89-102, 2019.

LONDRES, F. *et al*. (Orgs.). **Municípios agroecológicos e políticas de futuro: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional.**2. ed., Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2021, 40 p. Disponível em https://agroecologia.org.br/campanha-agroecologia-nas-eleicoes/ Acesso em 31 jan. 2023

MARTINS T. *et al*. Diving into Social Innovation: A Bibliometric Analysis. **Administrative Sciences**, 12(2):56, 2022.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território**: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MOULAERT *et al*. Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, 1969–1990, 2005.

NEUMEIER, S. Why do social innovations in rural development matter and should they be considered more seriously in rural development research? Proposal for a stronger focus on social innovations in rural development research. **European Society for Rural Sociology***,* 52: 48-69, 2012.

NEUMEIER, S., Social innovation in rural development: identifying the key factors of success. **The Geographical Journal**. 183 (1), 34-46, 2017.

POL, E.; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term? **The Journal of Socio-Economics**, 38: 878–85, 2009.

POLI, O. L. **Economia solidária e formação humana**: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA. **Carta de Serviços do Município**. 18 de abril de 2010. Disponível em https://servicos.anchieta.sc.gov.br/listagem/categoria/agricultura/ Acesso em 09 fev. 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Realizada a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**. 11 de junho de 2022. Disponível em https://www.anchieta.sc.gov.br/realizada-a-i-conferencia-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/ Acesso em 09 fev. 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Realizado em Anchieta o 1º Festival Gastronômico dos Milhos Crioulos**. 31 de janeiro de 2023. Disponível em https://www.anchieta.sc.gov.br/realizado-em-anchieta-o-1o-festival-gastronomico-dos-milhos-crioulos/ Acesso em 09 fev. 2023.

REDE PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**, 2021-2022. Disponível em https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/ Acesso em 21 set. 2022.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence e transversalité: La conceptualization de l’innovationsocialeau CRISES. IN: **CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovation Sociales**. Cahiers du CRISES. Québec, 2005.

VIDAL, R. A. **Diversidade das populações locais de milho de Anchieta e Guaraciaba, Oeste de Santa** Catarina: múltiplas abordagens para sua compreensão. 2016. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

VOGT, G.A; CANCI, I.J; CANCI, A. Uso e manejo de variedades locais de milho em Anchieta – SC. **Agriculturas: experiências em agroecologia**. v. 4, (3), 36-39, 2007.

1. As iniciativas podem ser acessadas no link https://agroecologiaemrede.org.br/municipio/anchieta-sc/ [↑](#footnote-ref-1)
2. Guardiões são agricultores que possuem e mantém sementes crioulas de diferentes por processo de multiplicação através do tempo, com enfoque conservacionista e de seleção para adaptação das plantas aos sistemas de produção da agricultura familiar (BEVILAQUA *et alii.*, 2014). [↑](#footnote-ref-2)
3. A metodologia utilizada pode ser conhecida no link: https://luppa.comidadoamanha.org/biblioteca/cadernos-luppa-aprendizados-do-1-degrees-lab [↑](#footnote-ref-3)